

Que
nacional de 1973?

ILUSTRADO

ENCONTRO republicano
SAI NO DIA 5-1-974
2-1-1974 PROVA N.º 4

ANTONIO ARNAUT: «Uma apagada e vil tristeza»

Como de costume uma apagada e vil tristeza. E ainda mais apagada e mais vil porque as forças progressistas mostraram uma certa divisão e um certo desânimo na luta pela conquista das liberdades democráticas. O governo, por sua vez, manteve um carácter monolítico devendo ter terminado as ilusões reformistas dos mais ingéniosos que terão ficado definitivamente convencidos de que o regime é incapaz de se auto-reformar. E a prova cabal de que tudo está na mesma será o mais que provável corte deste depoimento.

A BORGES: «Sa

A experiência de 1973 não nos dá lições suficientes para admitir que...

20

1 — O esquema que em artigo anterior tive a oportunidade de delinear acerca do jogo de forças políticas na sociedade portuguesa pode aplicar-se a vários planos concretos da vida nacional. Ao educativo, como socioprofissional ou ao político restrito, sempre partindo da pressuposição de que se trata de um esquema tendencial de superestruturas, e de que pretende ser mais uma apreciação objectiva da realidade do que a exposição de uma posição pessoal perante ela. Creio, aliás, muito útil qualquer tentativa de descrição do que é (e que cumpre que seja debatido pelo maior número de pessoas) antes de se poder dizer o que deve ser.

Em síntese, encontrávamos uma massa passiva cu afectada pela motivação do «status quo» em lenta evolução, uma esquerda actuante em busca de uma «sociedade nova», sem se considerar proprietária de verdades absolutas e dogmáticas, um P.C. hesitante entre a inércia de se deixar sendo um esteio de luta em tenros de «velho regime» e o desejo de alguns dos seus mais jovens membros de o vivificar, e um «gauchismo» doutrinário e radical. Também referimos uma extrema-direita com algumas influências económicas e políticas.

Este mesmo quadro abstracto molda-se perfeitamente aos actuais conditionalismos do panorama universitário português.

A) A Universidade ainda existente compõe-se de estruturas rígidas com pequenissima inter-relação e interdisciplinaridade e caracteriza-se pela dificuldade no seu acesso, por condicionamentos de conteúdo, arcaísmo metodológico e um alheamento, por vezes, ostensivo, face aos problemas efectivos da sociedade em que se insere.

Concebida e legislada para uma aristocrática, zeladora da permanência de um «estilo» ancestral, directa ou indirectamente a mostrar-se avessa a um lato ideológico. Produto de reformas pelo correr do tempo e pela condições objectivas da sociedade — não é por acaso que o coincide tão certamente com em que viveu os seus anos — não foi por acaso que alimen- «élites» políticas que superin-

cia económica de e investigações, a Universidade tem ados, pôs em bre- ento claro em Por outro a libertar o sistema eram e po- manobra que delo universi-

existia total da Universi- ções — defensores do re- ção da participação estudanti- democratização do acesso e do conteú- uma abertura à Nação. Estimular tal mutação, como condi- uma alteração de outras coordenadas tarefa de uma dialéctica permanente estudantes e a estrutura esta- o dentro do campo da reivindica- gica e da satisfação de direitos vicos. argência aparece no plano es- como seja no conteú- vais que se visa faz

Cortar
17-11-74
10/2/71 - N.º 1065 - 2.ª Série
CENSURA
Enviadas em 10/2/71

Censura & censores: histórias do 24 de Abril

UNIVERSIDADE DE LISBOA
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
25 DE ABRIL



Ano 16º da restauração da Liberdade de Imprensa em Portugal. Foi em 25 de Abril de 1974 que a população de Lisboa tomou de assalto as instalações da Censura. Nesse dia, os jornais já saíram sem terem sido submetidos ao exame prévio. «O Jornal Ilustrado», assinalando a data, reuniu histórias do prolongado «braço de ferro» entre os jornalistas e a Censura personificada nos coronéis armados de... lápis azul.

CENSURA: HISTÓRIAS DE CORONÉIS

ISABEL LOPES

Raul Rego, director da «República» nos anos imediatamente anteriores ao 25 de Abril, ia todos os dias almoçar a casa, na zona de Alvalade. Levava no bolso o seu editorial, o autêntico, não censurado. Passava por casa de Marcelo Caetano, de quem era vizinho, e entregava o envelope ao polícia de plantão. Anexado, um bilhete que dizia assim: «Para que o senhor Presidente do Conselho possa ter conhecimento dos editoriais na íntegra.» À tarde, a «República» publicava um «Momento» (assim se chamava o editorial) por norma cheio de cortes. Dando a Marcelo o privilégio de ler o seu texto não truncado, Raul Rego utilizava uma das mais curiosas armas dos anos dourados: o achincalhamento subtil.

A censura de Salazar e o eufemístico exame prévio de Caetano cortaram a direito, de lápis em riste, toneladas e toneladas de textos a «granel». Tragicamente parolo, venerador e obrigado, o esquema censório português enovelava-se num emaranhado de contradições e de interpretações dúbias.

Retrato-robot de um censor banal

O censor era quase sempre um militar reformado, pouco culto, submisso ao regime e geralmente afável. As relações entre os jornalistas e os «coronéis» não eram sanguinárias e



Ilustração de Fernando Mateus

envolviam até a cordialidade típica das ligações de trabalho. Raul Rego afirma que o relacionamento com a Censura se assemelhava àquele que se mantinha com a publicidade — uma espécie de «entente cordiale».

Apesar de existir uma certa civilidade nessas relações, berros famosos circularam através do telefone de manivela, que em todas as redacções existia — a linha directa para a Censura. As discussões acesas de Norberto Lopes com os censores ficaram para a história. E as fúrias de Raul Rego também.

O antigo director da «República» acentua o carácter de «funcionalismo público» da Censura dos censores. «As directivas vinham de cima, da Presidência do Conselho». O censor era «medroso». Na dúvida, cortava, ou «chutava para cima». Arons de Carvalho recorda que as peças importantes, mas duvidosas, não se mandavam para a Censura aos fins-de-semana. «Como nesses dias folgavam os chefes, os subordinados, não arriscando, cortavam imediatamente.»

Em muitos casos, o «leitor» acabava por ser despedido quando deixava passar matéria proibida. Os descuidos ninguém lhos poupava. Veja-se, no texto ao lado, a tragédia do velhinho do Porto. E atente-se nesta preciosidade, um bilhete de Mário Bento (director da Comissão de Exame Prévio) para Moreira Baptista (secretário de Estado da Informação), datado de Outubro de 73: «Senhor secretário de Estado: efectivamente, o nosso delegado em Setúbal — um idoso capitão — visou

NOVO CONCURSO DA TELEVISÃO

• Chama-se «Taco a Taco» e é uma sabatina entre equipas de oito alunos finalistas

Alunos dos últimos anos de vários liceus portugueses vão ser envolvidos num novo concurso da RTP, cuja primeira sessão deverá ser gravada a 10 de Março no Teatro Maria Matos.

Trata-se do «Taco a Taco», a disputar por eliminatórias de duas equipas no sistema «bota-fora»: a que ganhar prossegue, a que perder sai. Cada equipa terá 8 elementos titulares e a possibilidade de fazer uma substituição. Perguntas dos programas do 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos servirão para avaliar o grau de memorização dos alunos, valendo cada resposta certa «xis» pontos. A equipa vencedora será distinguida, individualmente com o pagamento dos estudos até ao seu termo, e a título colectivo com uma viagem; para o liceu «vencedor» as recompensas são a doação imediata com uma piscina e a prioridade absoluta com material desportivo.

Guardada no segredo dos tabelamentos de ensino, a

equipa teria também constituição mista: quatro rapazes e quatro raparigas, mais dois suplentes de cada sexo. Entretanto, dos seis rapazes inicialmente indicados logo três se recusaram a colaborar na iniciativa, alegando ser ela, como realmente parece, anti-pedagógica. Insistiu o professor responsável pelo 7.º ano nos seus contactos com outros candidatos possíveis, vindo a receber novas e maciças recusas. Resultado: um convite geral aos finalistas masculinos do liceu, com ape-

centagem de interessados se cifrar à volta de cinco por cento.

Das seis raparigas abordadas para participarem na equipa mista, cinco anuíram. E o nosso correspondente voluntário sublinha:

«Esta diferença de comportamentos explica-se porque, sendo o Liceu Z um liceu misto, a secção feminina deste está afastada cerca de um quilómetro da secção masculina.

Assim, não é de facto representativa do liceu em cau-

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA INFORMAÇÃO E TURISMO

Sr. Coronel Paschoa

*Fui muito mau e
tinha deixado para
lá. Quem está ali
to pouco se importa
com a
12.4.73*

Moreira Baptista Descontente.

Por causa da notícia sobre um novo concurso televisivo, o director dos Serviços de Censura foi repreendido: «Sr. coronel Paschoa. Foi mau que se tivesse deixado passar isto. Convém estar atento porque se trata de manobra»

o comunicado na ideia de que se já tinha sido lido nas igrejas e o director do jornal é um padre, não era de proibir. Será talvez a altura de dispensar do encargo o senhor delegado, pois vem acumulando lapsos deste género.» Assinado, com respeitosos cumprimentos. O comunicado a que se referia a nota censória fora publicado no «Jornal do Barreiro», em 25/10/73, e referia a prisão de Manuel Martins Felizardo pela PIDE/DGS. Tinha sido lido nas missas do domingo anterior pelos padres dos concelhos de Moita e Barreiro. Afirmava as excelentes qualidades de «cidadão íntegro» do preso e incluía excertos da constituição pastoral da Igreja condenando como «desumano que o governo assumia formas totalitárias ou ditatoriais que lesam gravemente o direito das pessoas ou dos grupos sociais».

As duas mortes de Aquilino Ribeiro

No dia 28 de Maio de 1963, Aquilino Ribeiro estava a morrer no Hospital da CUF. Celebravam-se, por essa altura, os 50 anos da sua vida literária. Durante todo o mês de Maio tinham decorrido conferências e exposições, o comum em efemérides tais. As notícias sobre o cinquentenário de Aquilino sofriam os cortes típicos, naturais, uma vez que se tratava de um opositor ao regime. Mas, no dia 28 de Maio, estava Raul Rego no «Diário de Lisboa» quando recebeu um telefonema de Mário Neves, na altura director do «DL», anunciando a iminência da morte de Aquilino. Minutos depois, o telefone toca novamente. Era da Censura. «Todo o noticiário sobre Aquilino Ribeiro é, a partir de hoje, totalmente cortado», ordenou o coronel. E, enfático, acrescentou: «O Aquilino, para nós,

morreu». Minutos depois, confirma-se a morte real de Aquilino. Conhecida a notícia, a Censura cancela a «morte cívica» do escritor: «Agora já podem falar à vontade.»

A história de Aquilino é particularmente macabra, mas inúmeros foram os indivíduos a quem a Censura decretou a morte cívica. Por exemplo, Henrique Galvão após «Santa Maria», Humberto Delgado, Pereira de Moura.

As «Palavras Cruzadas» na Comissão de Censura

O ano de 1973 foi o do «Expresso». Pinto Balsemão, ex-membro da Ala Liberal da Assembleia Nacional e Marcelo Rebelo de Sousa, afilhado (ou quase) de Caetano e filho do seu ministro Baltasar, fundam um jornal que, aparecendo sem o estigma «vermelho», acabará por levar os censores a passarem palavra: «É preciso ter cuidado com o «Expresso»».

O primeiro número não foi censurado. Segundo a lei, era o director que decidia o que enviava, ou não, à Censura. Mas a comissão não gostou do primeiro número e, a partir daí, a ordem foi «mandar tudo».

Pinto Balsemão divide a acção da Censura sobre o «Expresso» em quatro fases: a princípio, o director decidia o que mandava (situação que só durou uma ou duas semanas); a seguir, passou a ter que mandar tudo, na terceira fase, particularmente interessante, a Comissão de Censura exige o envio das Palavras Cruzadas (que, naquele semanário, sempre se prestaram a interpretações múltiplas); e, na fase final, verifica-se a exigência de provas de página que ia dando cabo do jornal, se o 25 de Abril não tivesse acontecido quatro meses depois. A «prova de página» a

ERA UMA VEZ UM SOLDADO...

CÁCERES MONTEIRO

Era uma vez, no dia 25 de Abril de 1974. Nas imediações do quartel do Carmo, em cima de um blindado, enquanto espera ordens para avançar, um soldado lê um jornal. Seria a operação final de derrube da ditadura. Tem nas mãos «A Capital», a primeira edição não censurada desde a fundação do vespertino. Algumas horas antes, já amanhecera há muito, um elemento da direcção do vespertino telefonara e falara com o chefe de redacção, o Rodolfo Iriarte: «Então, vocês estão aí?! Na Rádio dizem que não se deve sair de casa!!! Já mandaram o material à Censura?».

Já estávamos todos ali, desde as primeiras horas da madrugada, a maior parte dos repórteres tinha sido mandada para a rua, acompanhar a marcha dos soldados que tomavam conta do País. E não nos passara pela cabeça, claro, enviar as provas ao «exame prévio». A censura, aliás, deixava de existir, de facto, nesse dia, com as instalações de S. Pedro de Alcântara e da Rua da Misericórdia a serem tomadas de assalto pela população.

O diário saía para a rua, ao fim da manhã, registrando o golpe do MFA. Era um desses exemplares livres, frescos de tinta, que o militar lia no blindado da força que marchava sobre o Carmo para obrigar Marcelo Caetano à rendição. A objectiva de um fotógrafo registaria essa imagem, o militar a ler

no jornal o relato de uma revolução ainda inacabada, que ia ser consumada dentro de minutos. O cliché seria postal ilustrado.

Marcelo Caetano, na sua tentativa falhada de liberalizar a ditadura, mudara o nome de Censura para Exame Prévio, como a União Nacional passara a Acção Nacional Popular e a PIDE a DGS. Contudo, pouco tempo depois de ter chegado ao poder, o esboço de decompressão da vigilância sobre a Imprensa entrava em acelerada marcha-atrás. O motivo alegado eram as exigências da «guerra no Ultramar».

Não há jornalista que tenha exercido a sua profissão nesse tempo que não tenha as suas histórias, algumas bastante absurdas, da constante luta para fazer passar notícias pelas malhas dos censores. Uma a uma, as provas tiradas da composição em chumbo, eram enviadas por um vaivém de estafetas, para a Censura. A leitura dos cortes era anunciada por uma linha directa. A relação dos chefes de redacção com esses coronéis (que também podiam ser capitães, alferes, geralmente na reserva) era estranha, ora heróica ora quase promíscua. No caso de alguns jornais, os que estavam feitos com o regime, era cúmplice. Uma convívência telefónica diária, mantida através de negros aparelhos de manivela, às vezes prolongada ao longo de anos e anos, sem que houvesse conhecimento dos rostos: apenas um nome, uma patente, uma voz. Relações passionais, por vezes feitas de uma resignada cor-

dialidade, mas frequentemente pontuada por discussões e até por insultos. «Mas, sr. coronel! Isso é não só um acto político vergonhoso mas também uma estupidez! Uma estupidez!». Aos berros.

Um dia, conhecia-se o militar sem rosto, e podia muito bem ser uma pessoa afável, de uma brandura pouco consentânea com a sua hedionda função. Num prédio das traseiras de «A Capital», que então era próxima do Marquês de Pombal, morava um velho e simpático alferes da Censura que, um dia, nos confessou que gostava de dormir embalado pelo ruído de fundo da tipografia (naturalmente ainda de composição «a quente»).

Não há jornalista que não tenha a sua história. Eu tenho uma que me levou até aos interrogatórios da PIDE, no cárcere de Caxias. Subchefe de redacção, com pouco mais de vinte anos, não li, por distração, a transcrição do depoimento de um leitor para um inquérito sobre se os touros de morte deviam ou não acabar em Portugal. Esse leitor comparava a barbárie do espectáculo das touradas à acção dos soldados que combatiam nas colónias. O João Vaz, que hoje é chefe de redacção de «A Capital», mandou seguir a carta, eu não a li, pelo que passou sem ponderação, e o coronel da Censura deixou-a passar. E assim foi publicada.

Marcelo Caetano deu urros e exigiu «corte de cabeças» a Manuel José Homem de Melo, director dessa ocasião (em 25 de Abril de

1974 já eram outros). O censor também foi demitido. O João Vaz foi despedido e partiu, algum tempo depois, para o exílio em França; eu tive de me acolher durante algum tempo, escasso, ao abrigo de outro jornal. Para Marcelo Caetano era a prova de que «A Capital» era «controlada pelos comunistas», ideia obcessiva que, de resto, registará nas suas memórias. O processo foi remetido à PIDE, que o arrastou sem decisão, e acabou por ser esquecido.

Muitos jornalistas poderão contar histórias mais gloriosas do que esta.

E foi assim que se chegou àquela manhã. Faz agora precisamente 16 anos que a censura acabou.

Mas a Imprensa é demasiado atractiva. Por isso, no resto de 1974 e até Novembro de 1975, não faltaram ideias e tentativas de controlar outra vez os jornais por via administrativa, ou por certos métodos «ad hoc». Lembro-me, por exemplo, do trabalho que tive para convencer uma comissão de trabalhadores de que era uma estupidez não publicar o discurso de Spínola quando resignou de Presidente da República, em 11 de Março de 1975.

Mas isso são outros contos; alguns entroncam na história bonita de como um grupo de jornalistas, sem um tostão, mas fartos de tantas tutelas, se reuniu para fazer nascer um jornal livre, «O Jornal». Está quase a completar 15 anos. Como o tempo passa!

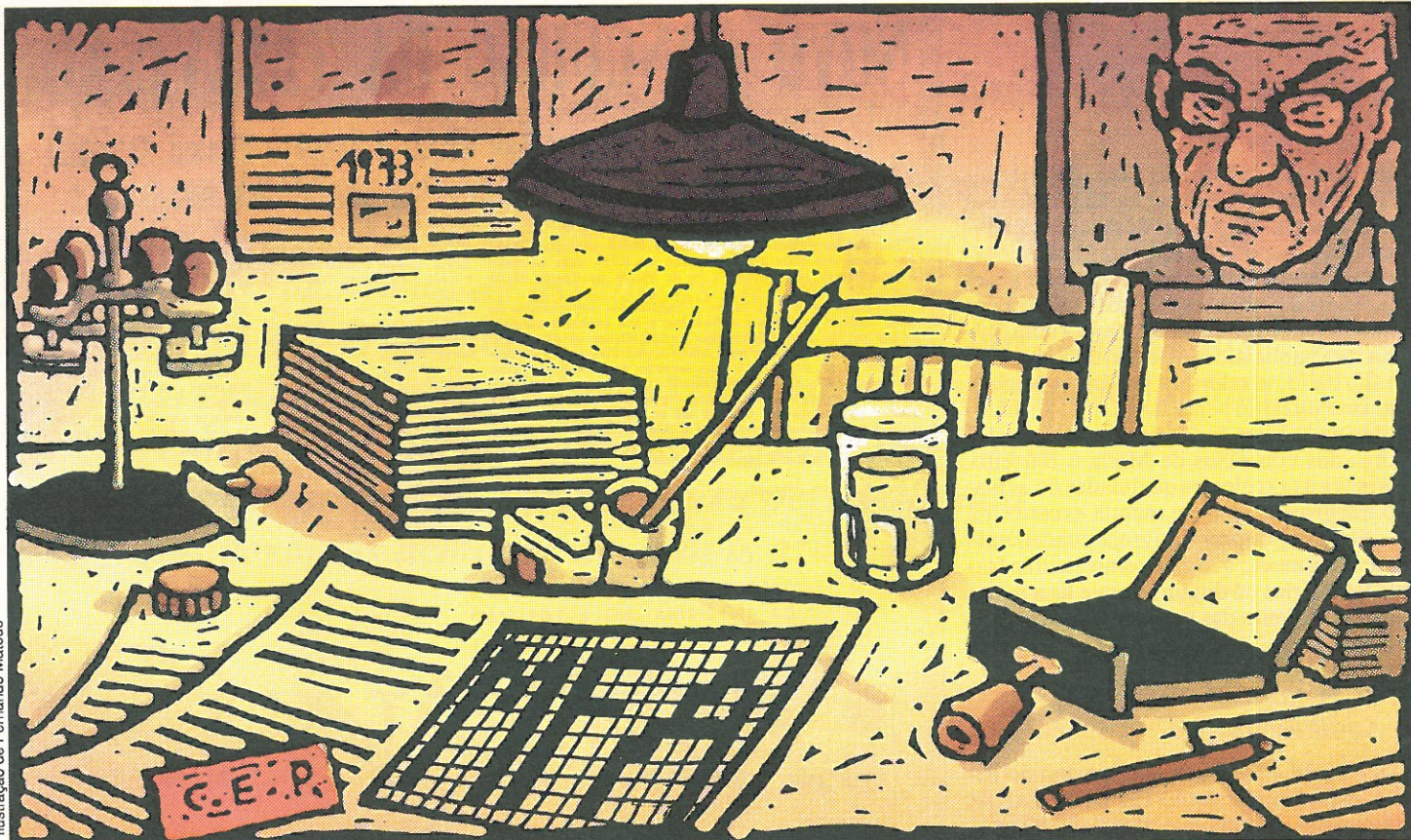


CENSURA: HISTÓRIAS DE CORONÉIS

que foram condenados o «Expresso» e o «Jornal do Fundão», acrescia morosidade ao processo censório, uma vez que cortar uma página, já depois de finalizada, e voltar a enviá-la à censura, atrasava irremediavelmente o fecho do jornal, mexia com a distribuição e fazia perder dinheiro. Pinto Balsemão afirma que, não fora o 25 de Abril ter-se dado poucos meses depois, o circuito das provas de página teria aniquilado o jornal.

«Mário Soares» censor

Mário Bento, ex-governador civil de Castelo Branco, era, por alturas de 73, director da Comissão Central de Exame Prévio (CCEP).



Chamava-se, de facto, Mário Bento Soares, mas era geralmente conhecido pelos dois primeiros nomes. «Para o chatear», Pinto Balsemão tratava-o por «Dr. Mário Soares», o que punha o censor em brasa, uma vez que aquelas duas palavras lembravam imediatamente uma das figuras «non gratas» do regime, ausente, por motivos alheios à sua vontade, em Paris.

A historieta serve para introduzir o famo-

so Mário Bento, uma das personagens que mexia os cordéis da Censura. Em «espólio» a que «O Jornal» teve acesso, uma vasta correspondência dirigida ao director da CCEP mostra, por um lado, os descontrolos do sistema (a quantidade de «irregularidades» que escapavam ao crivo) e, por outro, se quisermos dizer isso uma vez mais, os ridículos de que se sustentava.

Desaguavam na mesa de Mário Bento

centenas de «recomendações», autênticas pérolas, que as figuras do regime entendiam essenciais aos «coronéis». Um bilhete de Marcelo Caetano, datado de 29 de Outubro de 1973 (vésperas de eleições), alerta o director de serviços para os perigos do jornal «O Emigrante»: «Meu caro dr. Mário Bento, recebo novo número de «O Emigrante» em cujas páginas se procura achincalhar, aos olhos dos emigrantes, o governo português, a campa-

BELO E INTELIGENTE

Até agora, **bom** era o que de melhor se podia dizer dos melhores televisores. Graças à tecnologia digital desenvolvida pela SALORA, os bons televisores são hoje ainda melhores, porque são inteligentes. E, como se isso não bastasse, são também belos.

Imagem sofisticada.

A nova gama de televisores SALORA oferece todas as vantagens da tecnologia digital. São equipados com um microcomputador que assegura automaticamente o controle da imagem e que garante que está sempre nova como no primeiro dia. Outras funções importantes dos televisores SALORA, como os indicadores no écran, a imagem-na-imagem, o som estéreo NICAM, ou o comando à distância super-versátil tornam a sua utilização muito mais fácil e cómoda.

Tecnologia perfeita.

Os novos videogravadores SALORA são concebidos para corresponder a todas as exigências actuais no campo do som e da imagem. Aparelhos de total confiança, os vídeos SALORA possuem a mais avançada tecnologia digital e oferecem uma vasta gama de possibilidades como o tracking digital que retira automaticamente todos os «riscos» da imagem, mesmo se estiver a ver filmes alugados. Ou como o comando à distância dos vídeos que também comanda o televisor. Comodidade total na mais avançada geração de videogravadores.



TV e Vídeo

SALORA

Imagem sofisticada, tecnologia perfeita.

A DIVISION OF NOKIA THE EURO TECHNOLOGY GROUP



digital

nha e o acto eleitoral, tomando mais uma vez partido claramente pela CDE. Dizem-me que o jornal vai a exame prévio. E não pode deixar de se ter em conta que o desfiguramento da imagem da Pátria no coração dos portugueses ausentes é crime, e grave. Chamo por isso a atenção da Comissão para o facto.» E assina.

As palavras de Marcelo Caetano são, atendendo à ideologia dominante, minimamente cautelosas. Moreira Baptista, secretário de Estado da Informação e Turismo, é menos manso. É ver aqui, quando ele exige cuidado com Ary dos Santos: «Vamos acabar de vez com a especulação política que o Ary dos Santos e quejandos andam a fazer para venderem discos.» Ou então: «Dr. Mário Bento, o "Expresso" resolveu agora ridicularizar também o Marchueta — vamos acabar com isso.» Marchueta foi, até ao 25 de Abril, governador civil de Lisboa, famoso pelos discursos, anedotário e besteiário.

Outras personagens havia que se encarregavam também de enviar uma instruçõeszinha ou outra para os serviços de Censura. O governador civil do Porto, em bilhete modesto, alerta o secretário de Estado: «Amigo senhor secretário de Estado: por estar a demorar a concentração de fundos para custear a deslocação "em grande" a Lisboa quando da vinda do senhor Presidente do Conselho de Londres e por se recear que, sobretudo nesta época (e até noutra mal seria) possa vir a lume nos periódicos alguma referência ao facto, agradecia que para o facto fossem alertados serviço de exame prévio, se é que já não tenham sido.» (3/10/73)

A nota tem piada por referir, explicitamente e sem rodeios, as folclóricas «excursões» financiadas pelo regime com vista a formar claque de apoio aos governantes necessitados.

A Censura mal cozinhada

Ao revolver os «papéis» da Censura, deparamos com uma situação curiosa: «passava» muita coisa. Num destacável do jornal «República», dedicado às eleições de 73, a quantidade de material potencialmente censurável não deixou de merecer a atenção de Moreira Baptista, secretário de Estado da Informação e Turismo, uma espécie de censor-mor.

Num bilhete dirigido a Mário Bento, anexo ao referido destacável, Moreira Baptista escreve, sintético: «Dr. Mário Bento, aqui vão os meus reparos.» Os reparos são imensos. Por exemplo, a publicação de uma crónica intitulada «Variações sobre o medo», onde se pergunta «quem fez da política um fantasma, para meter assim tanto medo?» ou de uma notícia sobre um comício juvenil em Odivelas, onde, em título, se dá conta de que «A GNR interrompeu a sessão e dispersou o desfile». Moreira Baptista, «cortando» sobre papel impresso, corrige, assim, as falhas dos coronéis, que também não estiveram atentos, por exemplo, a outra nota que anunciava a subida do preço dos automóveis em dez por cento.

Quando um jornal não cumpria as directivas da Censura, podia ser sancionado com multas. Além disso, e de uso mais comum, havia os contactos telefónicos entre directores e censores, os avisos, as ameaças civilizadas tipo «vejam lá o que andam a fazer», mas nada de dramático. Quem ia parar a maus lençóis era o responsável pelo carimbo «autorizado», um dos coronéis velhinhos, denominado, oficialmente, «o leitor».

A turma dos repetentes

A correspondência dirigida a Mário Bento também permite tomar conhecimento da quantidade de indivíduos considerados perigosos, por «reincidentes». Aqui, por exemplo, é visado Mário Ventura Henriques: «O Ventura Henriques (extremista conhecido) começou agora uma série de artigos sobre o Alentejo que é a sua especialidade... Foi can-

República 76
10-4-1974 PROVA N.º

A DELICADA MISSÃO NO NOVO EMBAIXADOR

O jornal «O Mundo Português» de 3-3-74, que se publica no Rio de Janeiro, definiu claramente a missão principal do novo embaixador do Brasil em Lisboa: «Foi revelada em Brasília, antes da partida do embaixador, o general Carlos Alberto da Pontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações, para a Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Segundo «O Mundo Português», a exposição do general Pontoura, que durou cerca de 40 minutos, foi considerada Comissão. Ao que se informou, muitos dos membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que envolveu as relações entre brasileiros, portugueses e africanos. Durante os debates, o general teria dito aos senadores que o Brasil, mesmo mantendo relações especiais com Portugal, não pode esquecer os seus interesses particularmente os económicos, comerciais, na África.

E o jornal conclui: «Dentro desse balizamento, o general encontra, segundo se frizou, a parte mais delicada das de posição, da constatação de factos, base de um mínimo de realismo político, aceitável e eficaz, atributos que não têm caracterizado as relações entre as duas nações irmãs».

Ao chamar a atenção para este assunto, não pretendemos discutir ou pôr em causa a possibilidade ou a justiça de uma futura Comunidade. Apenas apontamos ainda não estão criadas as condições para que isso possa debater livremente e não estão desfeitas as barreiras que deverão conduzir a uma informação completa e rigorosa. E, sobretudo, não ouvir muitas vezes representações que terão forçosamente de grossar e se.

Há um difícil caminho a percorrer. Ele passa necessariamente pela definição correcta da actual posição do Brasil nas relações com Portugal e a África, posição que parece, finalmente, bem clara. Fato de lado, momentaneamente, as várias opções, as pressões ou silêncios, durante o problema africano de Portugal e o problema português da África é a responsabilidade.

EXAME PRÉVIO PROPOSTO COMISSÃO DE LISBOA

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Gabinete do Secretário de Estado

H. Coronel Paschoa

É indubitável que os brasileiros no sentido de não se permitirem mais artigos ou o que quer que seja que incite, apoie ou aconselhe e noticie a saída das famílias dos emigrantes para se lhes juntarem. Dê ordens rigorosas para todas as delegações.» 15.V.970

«RECADO» AO DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE CENSURA.
«Sr. Coronel Paschoa. É indispensável dar instruções no sentido de não se permitirem mais artigos ou o que quer que seja que incite, apoie ou aconselhe e noticie a saída das famílias dos emigrantes para se lhes juntarem. Dê ordens rigorosas para todas as delegações.» 15.V.970

Presidência do Conselho
Secretaria de Estado da Informação e Turismo
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO

DR. Mário Bento

a meu refam ao V. Ex.º de 10/10/73:

- artigos embuçados em livros (na verdade autôgrafos brasileiros). Não há notícia que sejam informações oficiais.

- Ponto de lançamento material acumulado: o que aumentará a profundeza e a complexidade. Com um outro nível de leitura.

- A ver a dúvida a Carlos que há a uma não impedimento à publicação.

E é o que me parece de uma leitura apressada.

Mário Bento há mais de um mês a trabalhar no caso da publicação. E há quem há que retorne os artigos de Carlos.

14.10.73

DIRECTIVAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO AO DR. MÁRIO BENTO

MÁRIO BENTO DA RAZÃO A MOREIRA BAPTISTA. «Senhor Secretário de Estado: Efectivamente o nosso delegado em Setúbal — um idoso capitão — visou o comunicado na ideia de que — se já tinha sido lido nas Igrejas e o director do jornal é um Padre — não era de proibir. Será talvez a altura de dispensar do encargo o senhor Delegado, pois vem acumulando outros lapsos deste género» 29.10.73

Presidência do Conselho
Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Comissão Central de Exame Prévio
GABINETE DO DIRECTOR

29-10-73

Uma leitura de texto:

Efectivamente o nosso delegado em Setúbal — um idoso capitão — viu o comunicado na ideia de que — se já tinha sido lido nas Igrejas e o director do jornal é um Padre — não era de proibir. Será talvez a altura de dispensar do encargo.

Não deveria ser a autografia a publicação de... "ATRASADOS" DO ULTRAMAR

estão longe de corresponder às ideias quantas vezes manifestadas por quem assim decidiu, relativamente a problemas que nos afectam.

De facto, é incontestável que o rateio devia ter sido feito em proporção aos créditos de cada exportador, mas isso foi esquecido e a minha firma recebeu apenas 35 por cento, não até Dezembro de 1972, mas até ao fim de Fevereiro do ano em curso. Refiro ainda que na altura em que foi decretado o sistema de liquidação dos «atrasados» em vigor, pelo então ministro das Finanças e Econo-

mia, a minha firma tinha em Angola e Moçambique à volta de 81.000.000\$00, importância da qual recebi, até ao dia 28 de Fevereiro deste ano, apenas 28.500.000\$00, continuando sem cobertura, ainda, a elevada quantia de 52.500.000\$00, que não sei onde pára, se no Fundo Cambial ou se noutros cofres, pois isso nunca foi esclarecido por ninguém. Esse dinheiro pertence à minha firma e parece-me estar a ser utilizado por terceiros. Paradoxalmente, e como já citei, estamos nós a pagar juros sobre esse dinheiro, juros que de-

viam ser suportados por quem o retém em seus cofres e o utiliza. O que se passa é uma injustiça sem precedentes na História de Portugal.

Relativamente à minha carta a que atrás faço referência e pela qual eu expus este problema de tamanha transcendência, recebi do Gabinete da Presidência do Conselho uma comunicação singela, dizendo: «sobre o assunto exposto foi imediatamente solicitada informação ao Ministério do Ultramar».

V. Ex.ª sabe muito bem que o Decreto n.º 478/71 atingiu to-

da a indústria nacional e também a agricultura, numa altura em que se procura mobilizar todos os esforços com vista ao desenvolvimento e valorização desses importantes sectores.

Como este ano é um ano de

eleições, respeitosamente eu formulo esta pergunta ao V. Ex.ª: estivesse no meu lugar, sentindo-se lesado por culpa governamental, a quem daria o seu voto?

do ao P. D. C.

espelho da imprensa

Entre uma série de petiscos no Norte e outra de petiscos no Sul, o Grémio fazia este coisa essencial à boa digestão e tranquilidade das pessoas.

As forças que se encontram mais uma tentativa — de última, vá lá — de se fazer para o que é urgente, compreendendo-se, desta vez, a impedir que o «Ribamar» e os «Ecos de Belém» fariam a sua natascada.



CENSURA: HISTÓRIAS DE CORONÉIS

didato a deputado pela CDE nas últimas eleições... Seguir atentamente tais artigos escritos apenas com manifestos objectivos pré-eleitorais». Assina, mais uma vez, Moreira Baptista.

Outro, a visar Raul Rego: «Penso que che-

gam já os "momentos" sobre o Ultramar. São uma forma de iludir levar a água ao moinho. Vamos evitar isso».

Ou Piteira Santos: «O dr. Piteira Santos, que está em Argel, é do mesmo tipo do Miguel Urbano Rodrigues. Vem hoje proibição na "República"».

Os malcomportados faziam a vida negra aos censores. Debulhavam-se os coronéis para tentar pôr um pouco de ordem nos periódicos, mas havia sempre um ou outro sujeito astuto para torcer as boas intenções da Comissão de Censura.

Uma carta do coronel Páscoa, alto dignatário do regime censor, prova como se suava, tantas vezes inutilmente, lá para as bandas da Rua da Misericórdia. Assim reza o papel: «(...) Os jornais "Diário de Lisboa" e "Capital" (sem falar na "República") (...) têm insistido no abuso duma actividade jornalística pouco digna e acentuadamente intencional para com estes serviços(...)».

Prosegue o coronel: «Em todas as edições dos dois primeiros jornais têm vindo a verificar-se a falta de cumprimento de intervenções aqui efectuadas, (...) mormente nas edições que se destinam a Coimbra e ao Porto, e em muitos casos em alguns exemplares distribuídos também em Lisboa. Poderão os mesmos jornais evocar — falsamente — que estes serviços demoram o "visto" de provas (...) Porém verifica-se que muita da ma-

HISTÓRIA DA CAPA

téria, aqui dá entrada já depois de ter sido feita a impressão do jornal. (...) Julgo, sr. Director-Geral, que tal forma de proceder não está dentro dos princípios da dignidade profissional dum jornalismo que procura, a todo o transe, pôr em cheque estes serviços que se vêem assim desprestigiados e ridicularizados e a que o responsável pelos mesmos não está na disposição de manter por mais tempo. (...) O facto é que não posso, com coerência, por mais tempo contemporizar com os abusos que alguns dos periódicos, mormente os dois primeiros já citados, têm vindo indisciplinadamente a cometer, à guisa de satisfação dos seus interesses sensacionalistas que não se coadunam com as funções que aqui tenho vindo a exercer, e muito menos com o que claramente está agora bem exposto na lei, portanto publicam matéria antes ou independentemente desta ter sido visada. Ao escrever-se-lhes as costumadas cartas pedindo-lhes a justificação de tais faltas, respondem invariavelmente com evasivas que nada justificam. Permitto-me, pois, manifestar a V. Exa. o meu profundo desgosto por tal conduta e o meu desacordo com o procedimento pouco digno daqueles mesmos jornais em relação aos quais não me acho porquanto em condições de poder exercer digna e conscientemente as minhas funções. (...) Se isto corresponde a qualquer outra realidade de que não consigo aperceber-me, então

agradeço a V. Exa. que possa esclarecer-me».

As preocupações do coronel eram legítimas. A desobediência acabava por ser, em determinadas publicações, tão institucional como a estrutura censória em si. Havia um desacato possível, uma determinada margem de desobediência que não trazia riscos decisivos à sobrevivência do jornal.

E assim não se estranha que a resposta de Geraldino Cardoso seja concisa, e não violenta: «Em referência à nota de 30 de Junho, confirmo a indicação telefónica de que devem-me ser enviadas cópias das comunicações feitas aos jornais sobre falta de submissão a exame prévio de matérias que devam ser-lhe submetidas e sobre desrespeito de cortes determinados, para que possa tentar-se diminuir o número de infracções registadas». Aprecie-se aqui a humildade do «tentar-se diminuir».

Adiante: «O problema de primeira edição dos jornais da tarde não é de hoje: é de sempre. E a sua resolução só parece possível (nos termos acordados superiormente) à medida que se for conseguindo um maior controlo das publicações». É curioso registar que junto a este último parágrafo foi inserido, a lápis, um ponto de exclamação.

É um facto que os vespertinos fugiam continuamente às redes dos coronéis. Adiantando o argumento do fecho, faziam sair a pri-

QUANDO A ENGRENAGEM DEVORA OS «SEUS»

Em 9 de Fevereiro de 74, um funcionário da Censura do Porto é corrido dos serviços, por ter autorizado que um texto perigoso saísse na «Voz Portucalense», o temível jornal do bispo. O velhinho, 80 anos feitos, dos quais 48 às ordens dos serviços de Censura, é posto na rua sem mais satisfações. Inconformado, envia ao presidente da Comissão Central de Exame Prévio a carta que acima se reproduz e em baixo se traduz. Nela dá conta, entre outras coisas, da «dedicação, inteligência, espírito de obediência e disciplina» que pôs ao serviço da Censura. Refere «o desgaste físico e intelectual» decorrente da tarefa, e das «sucessivas madrugadas» de labor. E pergunta se, «no fim da vida é justo e humano fazer tábua rasa de tudo o que de positivo praticou no desempenho da função».

O texto é um prodígio de miséria.

O Ex.mo Presidente Interino da Comissão de Exame Prévio do Porto, dr. Alberto Ornelas, acaba de me comunicar que, por ofício n.º 40-C.E.P. de 9 do corrente, da Comissão Central, assinado por V. Exa., fui «dispensado do serviço por se considerar particularmente grave a falta cometida».

Esta falta consistiu em ter «VISADO» à Voz Portucalense um assunto que há meses estava «DEMORADO».

Acrescento, em complemento das razões aduzidas na devida altura para esclarecimento do facto que, no mesmo dia e ao mesmo jornal, «DEMOREI» a Lisboa, a notícia «Entre Aspas» o que me parece suficiente para afastar qualquer ideia de negligência no serviço.

Desde que foi imposto à Imprensa o regime de «Censura Prévia» — 10 de Maio de 1926 — fiz parte das respectivas comissões: de censura até à sua extinção; depois, da actual Comissão de Exame Prévio — isto é, cerca de 48 anos de Serviço. Uma vida!

Durante todo este longo lapso de tempo, em quaisquer situações, indiferentes ao desgaste físico e intelectual que as sucessivas madrugadas provoca, em momentos graves

que implicavam risco da própria vida — como isso hoje já está esquecido — sempre ocupei o meu lugar, pondo ao seu serviço o melhor da minha dedicação, inteligência, espírito de obediência e disciplina.

Será justo e humano que, depois de tudo isto, aos 80 anos, no fim da vida, com absoluto desdém pelas dificuldades materiais que se me podem criar, e total indiferença pelo traumatismo psicológico cuja extensão é ce-

do ainda para avaliar — se me atribua como prémio! fazer tábua rasa de tudo o que de positivo pratiquei no desempenho da função, esquecidos os sacrifícios vividos, e baste uma falta — repito: BASTE UMA FALTA em 48 anos — GRAVE, segundo o parecer de V. Exa., para ser dispensado do Serviço e relegado para a vala comum dos trastes incómodos?...

(...) Fui iludido na minha boa fé — com responsabilidade, é certo, que não enjeito — por se tratar dum assunto referente a uma Conferência Episcopal e assinado por um bispo, e assim não lhe ter prestado a devida atenção, tanto mais que não supunha possível que um jornal dito católico utilizasse processos tão desonestos?

«Quem estiver isento que atire a primeira pedra»

Parece que neste caso há isentos, pois a primeira pedra foi lançada e atingiu o alvo!...

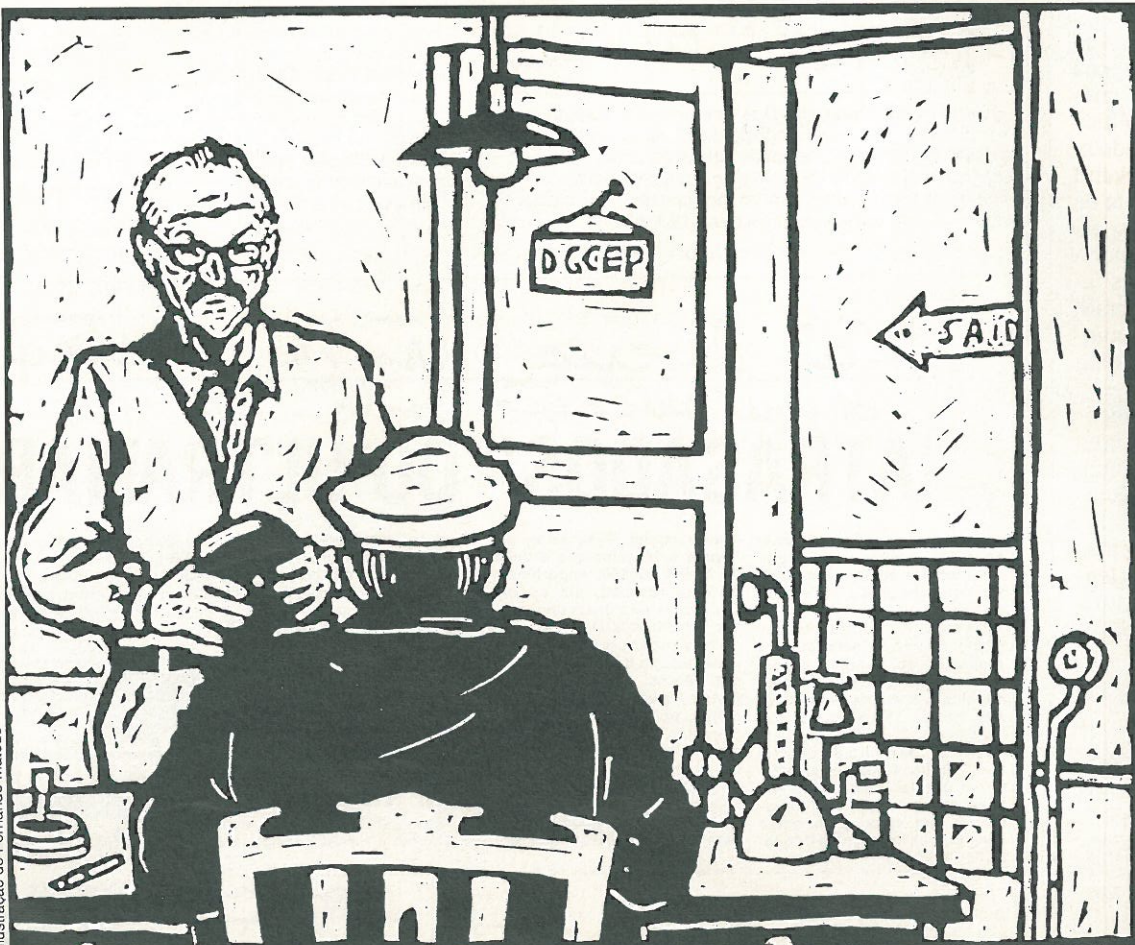
Mas não posso, nem devo, sob pena de a minha consciência e os meus filhos me acusarem de «cobarde», deixar-me imolar sem clamar por JUSTIÇA.

Respeitosamente me subscrevo

«A Bem da Nação»

Assina o leitor Teixeira.

Corria já o ano de 74 e os leitores/censores, que tinham envelhecido com o regime, começava a perder «qualidades». As projectadas idades de quem decidia o que era ou não publicável estavam a preocupar as hierarquias. É sintomático que na nota redigida sobre o original deste trágico texto seja, tão-somente, o «devolver à CCEP, com o pedido de indicação das idades dos leitores de todo o país».



meira edição (destinada a Coimbra e ao Porto) sem cortes e só cumpriam as directivas do exame prévio na edição destinada a Lisboa. E é assim que, em resposta ao candente problema de Páscoa, Gerales Cardoso responde, prosaicamente, que «o problema é de sempre».

Manual de instruções para um corte perfeito

«De harmonia com as directivas superiores do governo da Nação, não é de permitir...». É extensa, a lista de pecados. Vejamos:

«Qualquer ataque aos princípios que informam a estrutura e organização política e constitucional da Nação, bem como a ordem social estabelecida»;

«Que se ponha em causa a política diplomática nacional bem como a sua acção nos organismos internacionais, tal como a ONU, etc.»;

«Ataques à política ultramarina da Nação, mormente no aspecto da intransigente defesa dos nossos territórios nem qualquer comentário que possa pôr em causa a acção heróica das nossas Forças Armadas, permitindo-se, no entanto, a crítica construtiva fundamentalmente patriótica»(?).

«Qualquer ataque à normas legais reguladoras das eleições ou de actos que se pren-

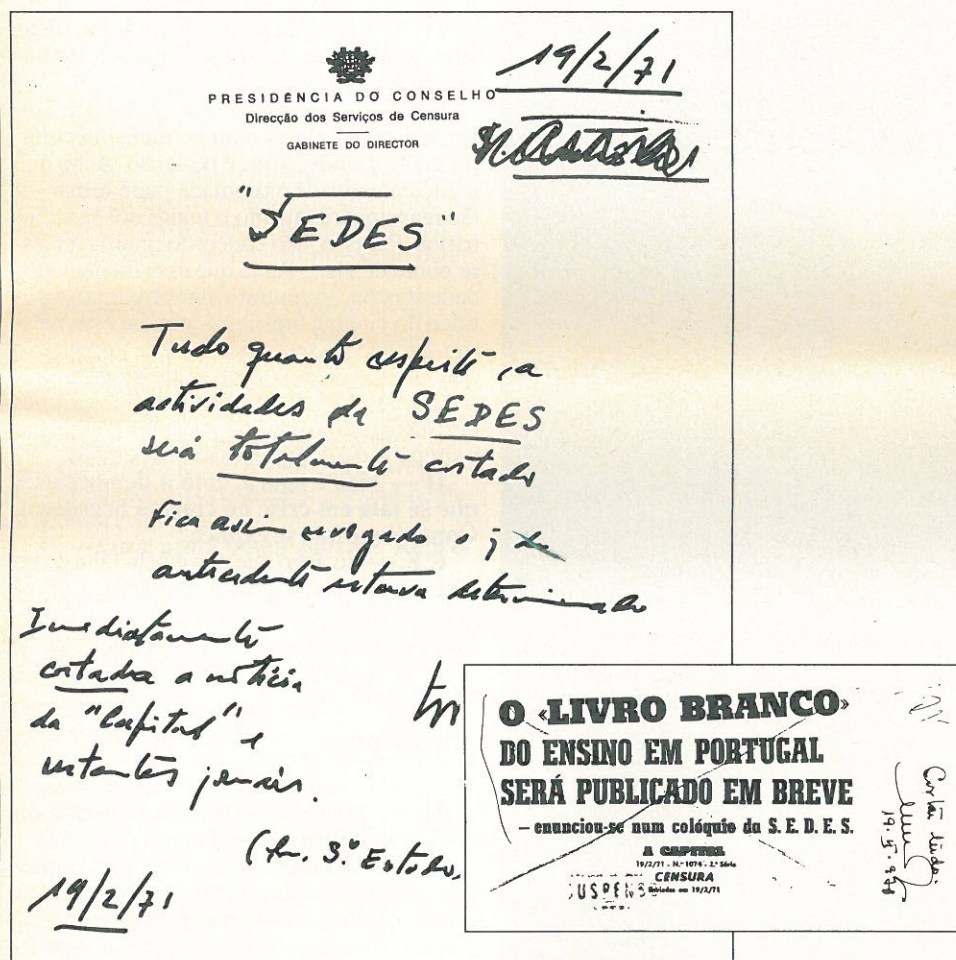
bém, «devem ser instruídos os jornais para que não reproduzam em discurso directo declarações de governantes que não sejam redigidas por estes e conferidas e autorizadas por aqueles a quem são imputadas». ... E aqui é de registar mais uma nota de Moreira Baptista para Mário Bento, a proibir os jornais de reproduzirem os discursos do então governador civil de Lisboa, o famoso Marchueta.

A história parou aqui

Os serviços da Censura estavam instalados, à altura do 25 de Abril, na Rua da Misericórdia, ali perto da Redacção da «República». Arons de Carvalho, na época jornalista daquele vespertino, assistiu, da janela da redacção, ao «despejo» dos serviços de exame prévio pelas tropas em movimento. Mais que o «poder», os papéis caíram na rua. Foi um versete avias de destruição documental.

Mais tarde, o mesmo Arons de Carvalho veio a ser protagonista de uma curiosa história, ligada ainda à Comissão Central de Exame Prévio.

Alguns dias após o 25 de Abril, a Junta de Salvação Nacional começou a distribuir sedes pelos partidos políticos, finalmente legalizados. Preconizava-se a instalação das móveis formações nas «propriedades» das instituições do antigo regime. Tinha sido entregue ao Partido Socialista o palácio de São Pe-



dam com as mesmas (...);

«Ataques pessoais, acusações difamatórias, injúrias, ofensas, etc., devendo impor-se sempre uma ética de correcção numa firme determinação de calma e de bons princípios de justiça e de verticalidade nas afirmações»;

E a todos estes preceitos deve obedecer «indiscutivelmente toda a matéria comunicante, por mais velada e estuta que se apresente, quer escrita, quer por meio de gravura». Velada e astuta, ora bem.

Um outro documento, intitulado «Instruções sobre Censura à Imprensa», sem data e emitido do gabinete do Presidente do Conselho, elucida que «incumbe ao Estado a defesa da opinião pública de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum». Acrescenta-se que «a censura não resulta, pois, do arbítrio ou do capricho dos censores, mas da necessidade de defesa dos interesses superiores da Nação». E assim, não só, mas tam-

dro de Alcântara (actual sede da FAUL), mas os responsáveis socialistas acharam pouco. Sugeriu-se, então, que o PS poderia ocupar também a antiga sede da Comissão Central de Exame Prévio.

Arons de Carvalho e Manuel Serra, dois jovens militantes socialistas, foram encarregados de inspecionar as instalações. Intrigou-os um gabinete fechado. Arrombaram. O espanto foi imenso: a sala tinha parado no dia 24 de Abril. Um calendário de parede e o memorando de mesa marcava, ainda, o dia 24. Aquele era o gabinete do director de serviços, que tinha «fugido» sem levar o casaco, que ainda ali se encontrava, direitinho, no armário que lhe correspondia. Estava tudo nos seus lugares, como se nada se tivesse passado e ainda houvesse provas de jornais a enviar a exame prévio.

A estupefacção de Arons de Carvalho e Manuel Serra não podia ser maior. «A história parou aqui», lembra-se Arons de, no momento, ter dito.

THE BIG EASY*

Mas olhem bem para estas miúdas

Ao princípio não se acredita. Ou antes, acredita-se porque não há outro remédio, estamos vivos e bebiscamos-nos, estamos acordados, aquilo está a passar-se dentro da televisão, à frente dos nossos olhos, não bebemos nada, não ingerimos por qualquer via nenhuma produto duvidoso, não nos resta senão depor as armas aos pés da força esmagadora da evidência. Mas está-se ainda numa espécie de estupor inicial, à espera da emergência salvadora de um artifício publicitário imprevisível, um remate humorístico a curto prazo, qualquer forma de discurso vinda dos universos da lógica que nos são reconhecidos que devolva um sentido ao absurdo. Ao princípio concedemo-nos a expectativa de um fim feliz e apaziguador durante o próximo minuto. Depois rendemo-nos e preparamo-nos para aceitar tudo, conscientes pouco a pouco de que passa da meia noite na televisão de sábado. É aquele senhor asiático é apenas um dos muitos fenómenos congêneres que enxa-meiam os canais nas horas mortas, quando não está ninguém a ver e o tempo de antena é mais barato. É então que se apoderam do ecrã legiões de bizarras em formato reduzido e moldura modesta, para vender programas de computador pirateados das grandes companhias ou revelar o bálsamo de uma mensagem evangélica desviante. Do fundo desta irmandade de coisas e criações e criaturas que não existem, salta o senhor asiático como uma megaestrela para levar ao país inteiro a boa nova do seu método infalível.

Deve ter cerca de 40 anos, embora seja difícil de dizer com precisão. É gorducho e sorridente como mandam as regras, e também muito conformemente aos padrões vestido com umas coisas berrantes e indecifráveis, dentro da linha do pior gosto do que ficou no fundo dos alguidares dos saldos do Verão de 1973, dos grandes armazéns lá do bairro. Apresenta-se sempre à beira de uma piscina rodeada de relvados verdejantes, à proa de um iate espampante com um cocktail na mão, ou diante de mansões erguidas à imagem e glória da luxúria — e sempre, seja qual for a situação, rodeado de beldades de capa de revista com grandes cabeleiras em desalinho moldadas a gel e laca, preferencialmente loiras, muito loiras, em biquíni, em mini-saia, em vestido comprido, obrigatoriamente com muita pele à mostra. Não lhes cabe na anedota nenhum papel para além da figuração, andam por ali a ondular os corpos, a debitar sorrisos distraídos e a preterir que de vez em quando falam umas



CLARA PINTO CORREIA

com as outras, para que a audiência realize plenamente como aquele senhor está bem na vida. Um programa humorístico recente caricaturizava-o interrompendo-se todos os dois minutos para se agarrar à que fosse a passar mais perto e gritar com entusiasmo para a assistência «mas olhem-me bem para estas miúdas!». No programa real ele não o diz. Não precisa. Está implícito.

Assim aguilhoada a curiosidade do público para descobrir como é que aquele senhor fez para que todos o possamos fazer também, revela-se então a fórmula. Preliminares adicionais, caso ainda fossem necessários: eu, meus amigos, cheguei há dois anos do Vietname com uma mão à frente e outra atrás. E agora, ah, América, América, vejamos como me dei bem. Graças ao meu método. Com toda a gente suspensa, eis que por fim ele se explica: o método é de especulação imobiliária. Mas não qualquer especulação imobiliária: com a paciência da aranha que tece a teia onde irá cair a mosca, há que sondar as ruas e as esquinas, farejar as vidas privadas dos moradores, descortinar divórcios, viuvezes, falências, desgostos insuportáveis. E é então, então sim, quando a vítima está frágil e indefesa, quando a dor é tamanha que a capacidade negocial se desvaneca é que se dá num segundo o golpe do coelho. É no dia seguinte a ter-lhe morrido o marido com um cancro no esófago que se propõe à senhora comprar-lhe ao preço da chuva a casa toda assombrada de recordações felizes, compreendem? Uma semana depois o efeito já não é o mesmo. Timing, timing, aqui é que está a alma do negócio que nos traz a fortuna com a desgraça dos outros. Façam como eu, aprendam que eu não duro sempre, e enriqueçam. Enriqueçam muito, muito, muito.

Aqui, já se está sem fôlego, mas há mais. O senhor dá cursos para melhor explanação do método. Aulas teóricas e práticas, assistentes, folhas de apontamentos, tudo. Então começam a desfilar cidadãos devidamente identificados, o casal Jones de Iowa, o jovem Chuck-técnico de computadores de Omaha City, todos olham a câmara de frente e confirmam: é verdade, eu já enriqueci graças ao Método. Tenho hoje não sei quantos milhares na minha conta a prazo. Tudo o que tenho devo-o àquele senhor. Muito obrigado, senhor. Claro que isto é um bocado vil. Mas, pelo amor de Deus — olhem-me bem para estas miúdas.

* Nome de gíria para New Orleans. Definição perfeita para a América

É no dia seguinte a ter-lhe morrido o marido com um cancro no esófago que se propõe à senhora comprar-lhe ao preço da chuva a casa toda assombrada de recordações felizes